

*[...] nas nossas vidas pessoais, raramente é possível encarar o destino como um tranquilo caminhar para a felicidade, pois iremos invariavelmente encontrar um caminho sinuoso, cheio de vicissitudes, em que a própria experiência de outras situações difíceis resolvidas anteriormente com êxito não nos dá imunidade face à incerteza sempre à espreita.*

**Rosanna Barros  
Helena Ralha-Simões**

# A resiliência do oprimido e a emergência do movimento da economia solidária. Uma questão de esperança

*The resilience of the oppressed and the emergency of the movement of the solidarity economy. A matter of hope*

<http://dx.doi.org/10.18316/rcd.v8i16.3265>

ROSANNA BARROS\*  
HELENA RALHA-SIMÕES\*\*

## Resumo

Neste artigo, abordamos a Pedagogia-educação Social do *oprimido*, na ótica de Paulo Freire relacionando-a com a emergência do Movimento da Economia Solidária, equacionando esta questão à luz da noção de resiliência, cientes de que tal reflexão pode dar um importante contributo para perspetivar as suas particularidades e condicionantes, bem como a avaliação dos seus resultados. A libertação do estado de opressão não acontece isoladamente, uma vez que o homem é um ser social, inserido nas múltiplas dimensões conflituais da sociedade, palco onde a conscientização e a transformação social se operam. É neste contexto, que a emergência do Movimento da Economia Solidária abre importantes perspetivas. Com efeito, é essencial ter presente que a liberdade que o oprimido deseja e que o irá libertar dessa condição de adversidade em que mergulha juntamente com o seu opressor, tem que ser conquistada por seu próprio esforço resiliente e em comunhão com os outros; tal como afirmou Paulo Freire, “ninguém liberta ninguém e ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

\* Doutorada em Educação pela Universidade do Minho; Professora Adjunta da Universidade do Algarve, Portugal; Email: [rmb Barros@ualg.pt](mailto:rmb Barros@ualg.pt)

\*\* Doutorada em Psicologia da Educação pela Universidade de Aveiro; Pós-graduada (III<sup>ème</sup> cycle) em Psicologia Genética pela Université Catholique de Louvain; Professora Coordenadora Aposentada da Universidade do Algarve, Portugal; Email: [grupo@grei.pt](mailto:grupo@grei.pt)

**Palavras-chave:** Resiliência do *Oprimido*. Economia solidária. Pedagogia-educação Social. Resistência e emancipação. Transformação e transição societal.

## Abstract

In this article, Social Education-Pedagogy of the Oppressed is approached from the viewpoint of Paulo Freire, linking this issue to the emergence of the Solidarity Economy Movement; we also intend to equate this issue in the light of the concept of resilience, since it would help to understand their main characteristics and constraints as well as the evaluation of his results. The liberation from oppression does not happen by itself, since man is a social being inserted in the multiple dimensions of a conflictual society, where awareness and social transformation takes place. Indeed, it is essential to bear in mind that Oppressed's freedom, that will release him from adversity condition that is plunging him, but also his oppressor, must be conquered by its own resilient effort and in the framework of communion with others; as Paulo Freire said, "no one liberates anyone and no one liberates himself: men are freed together with each other".

**Keywords:** Resilience of the oppressed. Solidarity economy. Social Education-Pedagogy. Resistance and emancipation. Societal transformation and societal transition.

## Introdução

O termo *resiliência* tem vindo a ganhar popularidade no quadro das ciências sociais e humanas a partir do momento em que, após os inícios da segunda metade do século passado, começou a ser utilizado para nomear a incompreensível circunstância de que a nossa exposição à adversidade com previsíveis consequências nocivas, não só nem sempre tem esse resultado esperado, como pode até redundar, pelo contrário, em fortalecimento pessoal. Para explicar tão imprevisível e auspicioso desfecho, foi importado um conceito da Física e da Engenharia, domínios esses onde identificava a capacidade de resistência dos materiais que, mesmo quando submetidos a fortes pressões tendencialmente disruptivas, conseguem até um certo limite assegurar a manutenção estrutural, não obstante o impacto negativo a que foram submetidos (Yunes e Szymanski, 2001; Infante, 2005; Taboada, Legal e Machado, 2006).

Há várias décadas que, desde então, a pesquisa e a teoria procuraram agarrar os seus mistérios, de modo a identificar a natureza e as determinantes subjacentes a esta *capacidade inaudita* (Cyrulnik, 2003) e, principalmente, a fim de conseguirem saber o melhor modo de a incentivar em qualquer um de nós. Não é de estranhar o empenhamento e a difusão desta aliciante demanda, uma vez que, nas nossas vidas pessoais, raramente é possível

encarar o destino como um tranquilo caminhar para a felicidade, pois iremos invariavelmente encontrar um caminho sinuoso, cheio de vicissitudes, em que a própria experiência de outras situações difíceis resolvidas anteriormente com êxito, não nos dá imunidade face à incerteza sempre à espreita (Infante, 2005; Laranjeira, 2007; Oliveira e Lipp, 2009; Ralha-Simões, 2014c).

Nos tempos conturbados em que vivemos esta questão torna-se particularmente premente, pois que, a par com os múltiplos riscos e adversidades que sempre afligiram a humanidade, nos deparamos agora com outros que parecem transcender os eternos contratemplos que sempre a desafiaram. Efetivamente, em virtude dos avanços tecnológicos da sociedade contemporânea, o processo de enfrentamento da adversidade não só assume hoje em dia configurações menos usuais como se desenrola também de forma demasiado acelerada; além disso, o tempo de que dispomos para reagir é relativamente restrito e a complexidade dos meios a mobilizar para selecionar e assimilar os conhecimentos indispensáveis para lidar com as situações desfavoráveis tornam o desafio especialmente espinhoso (Tavares, 2001; Souza e Ceverny, 2006; Ralha-Simões, 2016).

Muitas têm sido as incursões que visam associar este conceito tão fecundo – cujo potencial está bem longe de ter sido concretizado – com realidades diversas, estratégias interventivas, grupos de risco, populações precisas ou com conceitos afins com o objetivo de tipificar a resiliência ou simplesmente de cercear a difusão conceptual que usualmente lhe vem associada (Brandão, 2009; Brandão, Mahfoud e Gianordoli-Nascimento, 2011; Flores, 2014; Murcho, Jesus e Pacheco, 2014; Ralha-Simões, 2014b, 2014c).

Neste artigo, abordamos uma temática particularmente propensa a beneficiar de um equacionamento à luz desta noção, designadamente a Pedagogia-educação Social do *oprimido*, na ótica de Paulo Freire onde estamos certas que a reflexão acerca da resiliência pode dar um importante contributo para perspetivar as suas particularidades e condicionantes, bem como a avaliação dos seus resultados.

## A Pedagogia-educação Social como superação da opressão

Na perspetiva de Paulo Freire (1987) o processo de educação do *oprimido* como prática da liberdade, prosseguido pela Pedagogia-educação Social, tem que ser encarado como algo que é protagonizado e sentido, embora em moldes distintos, por ambas as partes, opressor e oprimido. Com efeito, a libertação do estado de opressão é uma ação social, não podendo assim acontecer isoladamente, uma vez que o homem é um ser social, inserido nas múltiplas dimensões conflituais da sociedade, palco onde a conscientização e a transformação social se operam.

A liberdade que o oprimido deseja e que o irá libertar dessa condição de adversidade em que mergulha juntamente com o seu opressor, tem que

ser conquistada por seu próprio esforço resiliente e em comunhão com os outros, pois como afirma Freire (1987, p. 29), “ninguém liberta ninguém e ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. Ora, não sendo fácil a superação desta condição pois, imersos no mundo a que o opressor os expôs, os oprimidos vivem em situações limite e têm medo da liberdade, divididos entre querer sair da opressão que os subjuga e a dor e a confusão sobre as vias a seguir. No entanto, a superação, embora difícil e dolorosa, é sempre uma meta a atingir, no âmbito da qual “a libertação [...] é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo” (Ibid., p. 19).

Neste enquadramento, a resiliência do *oprimido* não pode ser confundida com conformismo, pois que “não haveria oprimidos, se não houvesse uma relação de violência que os conforma como violentados, numa situação objetiva de opressão” (Freire, 1987, p. 23); com efeito, com demasiada frequência os indivíduos expostos a esta circunstância injusta e desfavorável aos seus legítimos anseios de felicidade e realização acomodam-se, aceitando a violência com que são tratados e acolhendo sem oposição a sua própria humilhação pelos opressores.

A superação feliz desta complexa relação de adversidade que a opressão configura redundaria sem dúvida num mundo melhor pois “somente os oprimidos, libertando-se, podem libertar os opressores” (Freire, 1987, p. 24). Ou seja, no momento em que os oprimidos se libertarem, também os opressores deixarão de existir, encontrando assim ambos, simultaneamente, a liberdade. Conseguir-se-ia talvez assim quebrar os elos da perpetuação da cadeia de opressão, uma vez que opressores geram opressores e que muitos oprimidos almejam igualmente ser opressores por causa do “poder” que isso lhes confere, pois numa identificação com o seu agressor passam a visar demasiadas vezes esse mesmo objetivo. O próprio opressor beneficiaria desta resolução pois, embora pareça a um primeiro olhar que está acima de tudo, também ele não é livre, pois depende do oprimido para conseguir exercer este lamentável “poder” de fomentar junto do outro a adversidade e as múltiplas formas de exclusão. Ora, esta consciência crítica da relação dialética entre opressor e oprimido permite-nos reequacionar, por outro prisma de análise, que as situações limite do nosso tempo são criadas na sua esmagadora maioria pela exploração global advinda da lógica neoliberal com que o sistema capitalista vem atuando, e que assenta, por seu turno, numa relação dialética entre riqueza e pobreza.

É por este motivo que considerámos ser do foro eminentemente político, e não técnico-instrumental, toda e qualquer reflexão acerca dos processos de *globalização* e, desde logo, da sua relação com a emergência de novas formas de Estado (Poggi, 1990; Jessop, 2007) e, conseqüentemente, com a complexificação crescente das questões sociais, ambientais e de redistribuição (Montaño, 2012; Grant e Gibson, 2013). Por essa mesma razão, torna-se incontornável recordar Sousa Santos (2002, p. 56), quando afirma que,

*Aparentemente transparente e sem complexidade, a ideia de globalização obscurece mais do que esclarece o que se passa no mundo. E o que obscurece ou oculta é, quando visto de outra perspectiva, tão importante que a transparência e simplicidade da ideia de globalização, longe de serem inocentes, devem ser considerados dispositivos ideológicos e políticos dotados de intencionalidades específicas.*

Assim sendo, e apesar das *múltiplas faces da globalização* (Torres, 2005), e das distintas interpretações que o conceito pode originar (Amin, 1997; Bartelson, 2000), interessa-nos mais atender ao momento histórico em que globalização e neoliberalismo se interlaçam de modo inequívoco e intencional, porque foi do Consenso de Washington que a *globalização hegemónica* emergiu como um “produto de decisões dos Estados nacionais [centrais]” (Sousa Santos, 2002, p. 56). Trata-se de concentrar a análise, e a reflexão sobre certos aspetos hodiernos da opressão de massas (Freire, 1987), na nova lógica de *governança* global que, a partir de então, viria a transformar visível, e aceleradamente, as características da geopolítica mundial, em desfavorecimento de uma larga e esmagadora maioria da população mundial.

## **A ordem neoliberal e a construção global da pobreza – a prática político-financeira da opressão**

A ordem neoliberal, estabelecida pela *governança* (hegemónica), tem sido promovida, como sublinham Hursh e Henderson (2011, p. 171),

*[...] por aqueles que são os mais poderosos, e que podem, portanto, controlar o debate público e apresentar o neoliberalismo quer como uma evolução inevitável do capitalismo quer como uma resposta apolítica para as questões económicas e sociais.*

Ora, como a crise atual do capitalismo (selvagem) visibilizou, sobretudo para a sociedade ocidental (alienada), trata-se de um tipo de *governança* global que ocorre ao serviço de um projeto de exclusão social e de polarização económico-social de cariz radical, sustentado nos ideais da doutrina política conservadora da nova direita (Barros, 2012a).

Neste alinhamento, interessa a um educador social crítico analisar a realidade social envolvente, tendo em conta o facto de que, hoje, como afirma Lucas (2002, p. 91), “a bíblia da ortodoxia económica impõe na atualidade (basta ver as receitas do FMI e do Banco Mundial) o aumento do financiamento da economia, não a socialização da riqueza”. Ora, isto

significa compreender, e diagnosticar, que o modo de produção capitalista tem vindo a assentar a sua lógica de atuação global, para a maximização do lucro, no binómio criação de riqueza-criação de pobreza, significando também que os mecanismos da sua hegemonia, e consequente legitimação, precisam ser observados criticamente pelo educador social, sobretudo quando se trata de debater a questão da resiliência do *oprimido* e da intervenção comunitária de cariz emancipador, orientada pela finalidade de contribuir para instaurar lógicas locais de desenvolvimento humanizado e sustentado no referencial dos direitos humanos. Nesta perspetiva a bandeira do combate à pobreza, tem, incontornavelmente, de ser tomada enquanto construção político-intelectual. A partir daí, a análise sobre a questão social complexifica-se na medida em que, como demonstrou Montañó (2012, p. 279), no modo de produção capitalista “não é o precário desenvolvimento, mas o próprio desenvolvimento que gera desigualdade e pobreza”.

Com este pressuposto-chave, torna-se importante para as intervenções comunitárias da Pedagogia-educação Social saber posicionar-se criticamente face à problemática que interrelaciona globalização (neoliberal) e desenvolvimento (económico), o que não é possível de ser conseguido, com eficácia emancipadora, sem se problematizar, num primeiro momento, as diferentes conceções de pobreza e de questão social existentes e, num segundo, sem analisar e divulgar as expressões locais de resiliência das massas oprimidas e as alternativas à ordem neoliberal que emergem como resposta a uma adversidade coletiva imposta. Posto isto, é essencial refletir criticamente acerca do papel da Pedagogia-educação Social na promoção de novas formas de organização social que recusem a lógica dominante do desenvolvimento económico que gera exclusões múltiplas pela prática político-financeira da opressão.

## **A construção de alternativas como expressão de resiliência – da desilusão à esperança**

O certo é que ao indagar pelas alternativas a esta lógica hegemónica de intervenção na questão social há que problematizar criticamente as ideias e os conceitos presentes no discurso público internacional, bem como algumas ideias nele silenciadas. Como observa Sousa Santos (2005, p. 14), constatamos demasiadas vezes

*[...] em vez de transformações sociais, a resolução de problemas; em vez da participação popular, participação dos titulares de interesses reconhecidos (stakeholders); em vez do contrato social, a autorregulação; em vez da justiça social, jogos de soma positiva e políticas compensatórias; em vez de relações de poder, coordenação e parcerias; em vez de conflitualidade social, coesão social e estabilidade dos fluxos.*

Ora, estes elementos fazem hoje parte de um fluente e influente léxico que emana das instâncias políticas internacionais e dos seus respetivos *think thanks* e se difundem através dos mecanismos e dispositivos da *governança* global, persuadindo, como nunca, os atores sociais a participar na esfera pública, porém segundo moldes preestabelecidos, em que é possível encontrar uma reorganização complexa de centralidades e periferias nem sempre estabelecidas com propósitos facilmente reconhecíveis (Antunes e Barros, 2014), como acontece, por exemplo, a nível europeu com a prioridade dada na educação escolar e não escolar à alfabetização digital, numa época em que os representantes das indústrias de tecnologias de informação e comunicação (TIC) definem agendas educacionais, balizadas no paradigma da aprendizagem ao longo da vida (Barros, 2011).

É neste quadro que defendemos que a discussão sobre conceitos hipoteticamente redentores e compensatórios do confronto com a adversidade e a exclusão social, como é o caso do de resiliência, tem que ser encarada neste âmbito e perspetivada com consciência dos perigos inerentes ao mero rebatizar e resignificar da opressão, em lugar de travar as necessárias batalhas para a combater. De facto, nos nossos dias, parece ser bastante mais frequente tentar descobrir ou incentivar características internas que responsabilizem pessoalmente cada um de nós por resistir ou não à adversidade, ultrapassando ou não a armadilha da desilusão, do que tentar descobrir ou incentivar capacidades interpessoais capazes de espoletar engajamento em lutas sociais, num horizonte de esperança, para que seja num contexto de transformação social que tal desígnio se concretize (Ralha-Simões 2014b; 2016).

Na verdade, se tudo aquilo que pode correr mal na trajetória de vida do indivíduo em função da sua exposição a circunstâncias opressoras for simplesmente reenquadrado atribuindo-lhe o encargo de superar por ele próprio as condições nefastas com que vai sendo confrontado, não estaremos a caminhar no sentido da sua libertação. Todavia, e talvez porque isto se afigura tão mais fácil do que levar a cabo as necessárias transformações sociais, é grande a tentação de optar por procurar unicamente encontrar ou estimular características internas que comprometam cada um de nós por resistir à adversidade, não podendo contudo tal desiderato, que não deixa de ser em si meritório, coincidir com a intenção de simplesmente se desistir de, complementarmente, travar as batalhas e as revoluções de cariz não reacionário (Freire, 1976), que permitiriam assumir esse desígnio, razão talvez pela qual a resiliência tão facilmente entrou em voga.

É pois necessária uma análise crítica aprofundada sobre a popularidade da resiliência para a entender e a conseguir então estender a contextos mais alargados essa incrível capacidade de superação do ser humano, mesmo em condições nocivas que fariam supor o pior dos desfechos, para o que é indispensável pôr de parte aparentes certezas e convicções de cariz ideológico, por exemplo a ideia da inevitabilidade do progresso matizado



pela exploração massiva do outro, mas também o próprio equacionar do que realmente podemos considerar como causa da adversidade num tempo como o de hoje (Ralha-Simões, 2001, 2014a, 2014b).

A crescente difusão e popularidade deste conceito não ilude o facto de não ser isenta desta e doutras controvérsias, não obstante a sua história, curta mas já com um longo passado, pois a sua adoção pelas ciências sociais e humanas, com destaque para a ciência psicológica, retoma apenas o seu uso pela Física e pela Engenharia, onde se reporta às capacidades de elasticidade e de flexibilidade dos materiais que permitem prever os limites dentro dos quais sempre que estes são submetidos a tensões destrutivas conseguem evitar o ponto de rutura, voltando à sua forma original. No entanto, apesar de a sua redefinição ser ainda problemática, é um termo referido a respeito um pouco de tudo – lamentavelmente nem sempre com rigor e propriedade – quer esteja a ser aplicado ao que inquieta e põe à prova o sujeito na sua singularidade, quer simplesmente ilustrando a forma como este reage às muitas situações adversas na família, na escola e na profissão ou até a propósito de preocupações de teor económico, jurídico ou social que a colocam na ordem do dia do próprio discurso político (Yunes, 2003; Flores, 2014; Ralha-Simões, 2014b).

Por conseguinte, embora não sejam ainda muito numerosas, existem já algumas reflexões que interrelacionam o conceito de resiliência à construção de alternativas a estes cenários, de adversidade pessoal e opressão coletiva, ensaiando a análise de interconexões com o papel disseminador e multiplicador da ação da pedagogia-educação social. Neste particular, refiram-se nomeadamente Martins e Barros Araújo (2013) que, no seu interessante artigo intitulado “Pedagogia Social e resiliência: diálogos possíveis” se debruçam sobre as ilações que podem ser tiradas, com base num estudo levado a cabo na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, o qual envolveu o acompanhamento de crianças em situação de risco social, focalizando-se nas conceções de escola e de mundo que povoam o seu imaginário, a partir da construção de relatos de experiência e de histórias de vida.

Assumindo a Pedagogia-educação Social como “uma pedagogia que resgata vidas, estabelece pactos e instaura poder”, as autoras (Martins e Barros Araújo 2013, p. 3) consideram que, ao acompanharem os sujeitos envolvidos no estudo, notoriamente em situação de vulnerabilidade social, bem como os seus educandos e os seus familiares, lhes foi possível evidenciar o teor revolucionário que esta circunstância contém, manifesto nas conceções de escola, de homem e de mundo que povoavam tanto o seu imaginário como a sua própria realidade quotidiana.

Os estudos sobre a resiliência até hoje realizados, embora realcem algumas características que lhes são comuns, não conseguem detetar o que ocorre exatamente no interior das pessoas que explicará por que motivo algumas delas conseguem reagir adequadamente, sem sucumbir, quando postas face

à adversidade. Entendem que é urgente “compreender o processo que tece a resiliência” (Martins e Barros Araújo, 2013, p. 9) e que é quando o sujeito

*[...] tem um resultado positivo, apesar de toda adversidade e de todas as condições desfavoráveis, [que] a resiliência emerge [constituindo] [...] um resultado percebido a posteriori, não planejado e fortemente marcada pelo aleatório, imprevisto, adquirindo, portanto, certa invisibilidade.*

Ora, sendo a Pedagogia-educação Social encarada “como uma alternativa pedagógica capaz de abraçar seus educandos, não apenas a partir das dificuldades apresentadas dentro da escola, mas, também, na vida fora dela” (Martins e Barros Araújo, 2013, p. 4), a sua relação com a resiliência decorre da capacidade do educador para compreender o educando em toda a complexidade e unicidade da sua existência, como alguém inserido nos seus respetivos contextos históricos, políticos e sociais, junto de quem o profissional da educação não é o único a contribuir no âmbito do processo educativo, num enquadramento aberto ao imprevisto e ao aleatório que exige que, além de ensinar, consiga também aprender com os seus educandos.

## Considerações finais

A Pedagogia-educação Social do *oprimido*, valorizando a sua leitura do mundo, é crucial para lhe dar o protagonismo que merece para ser senhor do seu próprio destino e assim romper com o determinismo da história feita pelo pensamento único do opressor (Freire, 2001). Resignificar a experiência do *oprimido* no quadro da intervenção educativa é sem dúvida importante, assim como o é conseguir reunir as condições para que se consiga tornar cada vez mais resiliente. Contudo, uma ressalva importante a não esquecer: nos nossos dias, parece ser mais fácil descobrir ou incentivar características internas que responsabilizem cada um de nós por resistir à adversidade, do que travar as necessárias ações culturais para a libertação, de modo a instigar um assumir, pessoal e coletivo, desse desígnio (Freire, 1980; Ralha-Simões, 2001, 2014b, 2016).

Assim, é preciso resistir a esta tentação de insularização que tornou talvez a resiliência tão na moda. Na verdade, uma análise aprofundada e crítica sobre o tema exige de nós uma certa imaginação sociológica (Mills, 1975), e mostra que a questão de resistir cada vez mais à adversidade, a qual em geral o oprimido conhece como ninguém, não pode substituir outras formas de agência e intervenção complementares que para além do *empowerment* confirmam *animus* para prosseguir o desígnio, individual e coletivo, de pugnar por uma sociedade melhor e mais justa.

O que defendemos na reflexão apresentada neste texto é pois um manifesto de concordância em prol do direito do oprimido a ter direitos (Arendt, 1968, p. 177), o que implica reivindicar o reconhecimento pela legitimidade das

lutas e combates que são exercidos em prol dos direitos de cidadania, e do direito ao desenvolvimento de rosto humano. É com este posicionamento que nos permitimos renovar o apelo à (sempre) oportuna e importante *praxis* do educador social, porque sabemos que o seu contributo para a conscientização dos educandos, através de uma pedagogia cidadã, faz tanta falta para contrariar a opção neoliberal pela pobreza do Outro, como faz falta a sua capacitação política para o tornar agente de uma teoria da tradução que, como propôs Sousa Santos (1999), permita ajudar a caminhar para um mundo pós-capitalista criando, nesse processo, inteligibilidade recíproca entre as diferentes lutas sociais, formando plataformas cívicas translocais e reconstruindo, assim, o modo como nos organizamos em sociedade, mas agora de uma maneira inteligente, justa, solidária, responsável e estética.

## Referências

Antunes, F. e Barros, R. (2014). Reconstruir o espaço de ação educacional ou localizar problemas escolares? Interrogações a partir de uma pesquisa exploratória. In M. J. de Carvalho, A. Loureiro e C.A. Ferreira (Orgs). *Atas do XII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação - As Ciências da Educação: Espaços de investigação, reflexão e ação interdisciplinar* (pp.1144-1160). Vila Real: UTAD-Universidade de Trás-os-Montês e Douro.

Arendt, H. (1968). *The Origins of Totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.  
Barros, R. (2011). *Genealogia dos conceitos em educação de adultos: Da educação permanente à aprendizagem ao longo da vida – Um estudo sobre os fundamentos político-pedagógicos da prática educacional*. Lisboa: Chiado Editora.

\_\_\_\_\_. (2014a). Vida e obra de Paulo Freire: a dialética de um olhar fundador para uma educação problematizadora que liberta, transforma e emancipa. In R. Barros e D. Choti (Orgs.). *Abrindo caminhos para uma educação transformadora - Ensaio em educação social, filosofia aplicada e novas tecnologias* (pp. 37-94). Lisboa: Chiado Editora.

\_\_\_\_\_. (2014b). *Ensaio sobre pedagogia-educação social: pensar as repercussões da filosofia político-pedagógica de Paulo Freire*. Cadernos do GREI n.º 20 (e-book) Acedido em 1-11-2015 em <http://www.grei.pt>.

Brandão, J. M. (2009). Resiliência: de que se trata? O conceito e as suas imprecisões (Tese de mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

Brandão, J. M., Mahfoud, M. e Gianordoli-Nascimento, I. F. (2011). A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 21(49), 263-271. Acedido em 1-2-2016 em <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v21n49/14.pdf>.

Cyrułnik, B. (2003). *Resiliência: essa inaudita capacidade de construção humana*. Lisboa: Instituto Piaget.

Flores, L. G. G. (2014). Resiliência jurídica: para pensar a inovação do Direito a partir de uma perspectiva sistêmica. (Tese de doutoramento). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio de Sinos – UNISINOS.

Freire, P. (1976). *Educação como Prática da Liberdade* (6ª edição). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_. (1980). *Conscientização*. São Paulo: Moraes.

- \_\_\_\_\_. (1987). *Pedagogia do Oprimido* (11.<sup>a</sup> ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (2001). *Pedagogia da Esperança – Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Grant, C. e Gibson, M. (2013). "The path of social justice": A human rights history of social justice. *Education, Equity & Excellence in Education*, 46(1), 81-99.
- Infante, F. (2005). A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In A. Melillo e E.N.S. Ojeda (Org.). *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas* (pp. 23-38). Porto Alegre: Artmed.
- Jessop, B. (2007). *State power: A strategic-relational approach*. Cambridge: Polity Press.
- Laranjeira, C. A. S. de J. (2007). Do vulnerável ser ao resiliente envelhecer: revisão da literatura. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(3), 327-332.
- Lucas, J. (2002). La exclusión como negativo de los derechos humanos. Sobre la relación entre el proceso de globalización y la universalidade de los derechos humanos. In C. Ortega e M.J. Guerra (coord.). *Globalización y Neoliberalismo: um futuro inevitable?* (pp. 71-96). Oviedo: Ediciones Nobel.
- Martins, M. e Barros Araújo, F. M. de (2013). Pedagogia social e resiliência: diálogos possíveis. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 21(45), 1-11. Acedido em 12-03-2016 em <http://epaa.asu.edu/ojs/article/view/1353>
- Mills, W. (1975). *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Montaño, C. (2012). Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento, *Serviço Social*, 110, 270-287.
- Murcho, N., Jesus, S. N. e Pacheco, E. (2014). Resilience factors in nurses. In M. Milcu, J. Achim e S.N. Jesus (Eds.), *Individuals, social and work groups, organizations: Modern Researches in Applied Psychology* (pp. 169-180). Bucharest: Editura Universitara. doi: 10.5682/9786062800130.
- Namorado, R. (2009). Para uma Economia Solidária – a partir do caso português. *Revista Crítica de Ciências sociais*, 84, 65-80.
- Oliveira, J. B de e Lipp, M. E. (2009). Resiliência e controle de stress em juízes e servidores públicos. *Boletim da Academia Paulista de Psicologia*, 77(2), 287-305. Acedido em 3-2-2010 em <http://redalyc-uaemex.mx/src/Inicio/ArtPDFRead.jsp?iCve=94612368007>.
- Poggi, G. (1990). *The state. Its nature, development and prospects*. Cambridge: Polity Press.
- Poletto, M. e Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia*, 25(3), 405-416.
- Ralha-Simões, H. e Simões, C. M. (1998). Resiliência e tarefas de desenvolvimento: a educação e as diferentes etapas da vida. *Psicologia, Educação e Cultura*, 2(2) 345-360.
- Ralha-Simões, H. (2001). Resiliência e desenvolvimento pessoal. In J. Tavares (Org.). *Resiliência e educação* (pp. 95-114). São Paulo: Cortez Editora.
- \_\_\_\_\_. (2014a). *A construção da pessoa resiliente: dos contextos de desenvolvimento à psicologia positiva*. Cadernos do GREI, 8, (e-book). Acedido em 1-12-2015 em <http://www.grei.pt>
- \_\_\_\_\_. (2014b). Que caminhos para a resiliência? Dos equívocos e controvérsias às promessas ainda por cumprir *OMNIA*, 1, 5-13. Acedido em 26-10-2015 em <http://omnia.grei.pt>
- \_\_\_\_\_. (2014c). *Resiliência e profissionalidade: a competência do professor enquanto*

*contributo para uma nova perspectiva*. Cadernos do GREI n.º18 (e-book). Acedido em 28-12-2015 em <http://www.grei.pt>.

\_\_\_\_\_. (2016). A resiliência nas encruzilhadas do futuro: um conceito interdisciplinar ainda à procura de um rumo. In H. Ralha-Simões (Org.). *Percurso de resiliência: novos desafios entre a esperança e a desilusão*. Lisboa: ExLibris (no prelo).

Rangel, M. e Sousa, C. S. (2014). Resiliência, saúde e educação: Uma revisão de literatura das publicações periódicas brasileiras de 2009-2013. *OMNIA*, 1, 39-44. Acedido em 6-12-2014 em <http://omnia.grei.pt>

Silva, L. E. da e Guzzo, R. S. L. (2009). Análise teórica sobre os conceitos de resiliência, consciência e a vida no capitalismo. Pontifícia Universidade de Campinas - Anais do XIV Encontro de Iniciação Científica da PUC – Campinas: 29 e 30 de setembro de 2009. Acedido em 17-03-2016 em <https://www.puc-campinas.edu.br/websist/portal/pesquisa/ic/pic2009/resumos/%7B7576EA6D-4D51-48A7-B25D-951AFF4E20EE%7D.pdf>

Simões, C. M. e Ralha-Simões, H. (1999). *Contextos de desenvolvimento e teorias psicológicas*. Porto: Porto Editora.

Sousa, C., Miranda, F., Nieto, M. C. L. e Dores, R. (2014). Educação para a resiliência. *Revista Conhecimento & Diversidade*, 11, 26-40. Acedido em 7-12-2015 em <http://revistas.unilasalle.edu.br>

Sousa Santos, B. (2005). A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 7-44.

\_\_\_\_\_. (2000). *Crítica da razão indolente, A - contra o desperdício da experiência*. Porto: Edições Afrontamento.

\_\_\_\_\_. (2002). Os Processos da Globalização. In B. de Sousa Santos (Org.). *Globalização - Fatalidade ou utopia* (pp. 31-106). Porto: Edições Afrontamento.

\_\_\_\_\_. (1999). Porque é tão difícil construir uma Teoria Crítica? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54, 197-215.

Souza, M. T. S. e Ceverny, C. M. O. (2006). Resiliência psicológica: revisão de literatura e análise de produção científica. *Revista Interamericana de Psicologia*, 40(1), 119-126. Acedido em 12-12-2015 em [www.psicorip.org/Resumos/PerP/RIP/RIP036a0/RIP04013.pdf](http://www.psicorip.org/Resumos/PerP/RIP/RIP036a0/RIP04013.pdf)

Taboada, N. G., Legal, E. J. e Machado, N. (2006). Resiliência: em busca de um conceito. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 16(3), 104-113.

Tavares, J. (2001). A resiliência na sociedade emergente. In J. Tavares (Ed.). *Resiliência e educação* (pp. 43-75). São Paulo: Cortez Editora.

Wolin, S. J. e Wolin, S. (1994). *The resilient self: how survivors of trouble families rise above adversity*. New York: Villard Books.

Yunes, M. A. M. e Szymanski, H. (2001). Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In J. Tavares (Ed.). *Resiliência e educação* (pp. 13-42). São Paulo: Cortez Editora.

Yunes, M. A. M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: O foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, 8 (n.º esp.), 75-84.